

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Comércio de escravos: escolhas e influências no tráfico interno de cativos no Brasil (1850-1888).

Rafael da Cunha Scheffer*

Resumo: Analisando o comércio de escravos no Brasil, a presente comunicação pretende explorar a motivação das compras e vendas dos cativos, destacando interesses, conflitos e tensões presentes neste momento. Pretende enfatizar as questões econômicas, disciplinares e políticas presentes neste momento, procurando entender as escolhas dos senhores de escravos de Desterro na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Escravidão – Comércio de escravos – Desterro.

Abstract: Analyzing the slave trade in Brazil, the present communication intends to explore the motivation of the purchases and sales of the bondsmen, detaching interests, conflicts and tensions gifts at this moment. It intends to emphasize the economic, discipline and politics questions at this moment, looking for to understand the choices of the slave masters of Desterro in the second half of 19th century.

Keywords: Slavery – Slave trade – Desterro.

A relação de compra e venda de escravos foi até recentemente ignorada ou tratada superficialmente pela historiografia, que colocava esta relação como uma transição comercial normal. Nestes estudos as negociações teriam uma motivação apenas econômica, como nos coloca Kátia Mattoso ao falar das vendas privadas, ou seja, daquelas que não eram realizadas nos leilões públicos:

Por que essas vendas privadas? Ocorre que um senhor de escravos que tem dificuldades financeiras será obrigado a realizar seu capital para pagar dívidas ou obter dinheiro vivo para suas necessidades cotidianas. Outros desejam vender escravos já idosos, produzindo menos, ou, ao contrário, cedem a uma oferta tentadora feita por um escravo bem dotado (MATTOSO, 1982, 74).

Dessa forma, necessidade e interesses econômicos é que ditariam a ocorrência das vendas, sendo o escravo um bem “livremente alienável” (GORENDER, 1988, 67). No entanto, a partir dos anos 80, diversas questões passaram a ser revistas por estudos que procuraram no cotidiano dos cativos manifestações de resistência e afirmação de suas humanidades. Estudos como os de Robert Slenes, Manolo Florentino e José Roberto Góes,

* Doutorando em História, Unicamp.

Silvia Hunold Lara, João José Reis, Sidney Chalhoub, entre outros, procuraram o lado humano dos atores no cotidiano e revisaram muitas das opiniões correntes a época sobre família, solidariedade, conflitos e resistências na sociedade escravista. Neste ínterim, a própria relação de compra e venda foi revista. Esse momento passou a ser visto como uma encruzilhada, como um ponto bastante complexo. Por um lado, ainda era uma relação comercial de uma mercadoria (escravo), podendo representar, economicamente, o crescimento de determinada região, sua riqueza ou miséria. Por outro lado, numa análise das pessoas envolvidas, esse momento passou a ser muito mais rico, sendo um ponto de mudança para a vida dos cativos envolvidos, pontado por questões políticas (CHALHOUB, 1990, 48).

Fazendo uma leitura desse momento através da ótica senhorial, a presente comunicação pretende explorar as escolhas e opções que influenciavam os proprietários de escravos nas ocasiões de compra e venda de cativos. Procura explorar os diversos significados dessa ação nos campos sociais e políticos, além do econômico. A compra de escravos parece ter explicações bastante simples, ligadas a necessidade de mão de obra. Mas quais as questões que preocupavam os senhores neste momento? E qual o significado que podemos extrair dessa ação?

E o que podemos dizer quanto a motivação da venda dos cativos? O que levava os senhores a se desfazerem de seus escravos? Por que desistir dessa relação de trabalho já estabelecida? A motivação econômica aparece muitas vezes como a única explicação para estes casos, mas creio que não elucida inteiramente este fenômeno.

A escolha do negócio parece refletir também uma série de questões ligadas ao contexto, como a possibilidade de substituir os escravos por mão de obra mais barata (ou menos dispendiosa em períodos improdutivos), e principalmente a problemas ligados à disciplina dos cativos, sua manutenção e a ordenação desse mundo do trabalho. E são essas questões e a maneira como o comércio de escravos pode refleti-las que consistem a preocupação desta comunicação, que pretende levar esses temas ao debate (ainda que de maneira muito incipiente), embasando a análise em pesquisa realizada na região de Desterro(atual Florianópolis) capital da província de Santa Catarina.

Durante séculos no Brasil, para garantir um suprimento contínuo de mão de obra bastava ao patrão recorrer ao mercado de escravos e obter trabalhadores que estariam (legalmente) subordinados ao seu mando. Como se trata de um período amplo demais, a presente análise vai se reter a um recorte menor, voltado especialmente as questões que passaram a perturbar este mercado com o fim do tráfico atlântico. Os problemas ligados a uma oferta limitada de cativos, dentro de um espaço balizado pelas mesmas regras e ligados

às mesmas determinações políticas, além de muitas tradições em comum, fazem com eu opte por este período entre 1850 e 1888, apesar das questões tratadas serem muito maiores que ele.

A escolha da ótica senhorial também se deve primordialmente a uma necessidade de limitação da análise, e também a facilidade de se observar a agência direta desses sujeitos nas decisões de compra e venda, além da opinião deles e de seus representantes em periódicos e em discursos parlamentares.

Partindo da base econômica, devemos observar que a produtividade e a confiança na relação estabelecida entre senhor e cativo foram fortes o bastante para perdurar séculos. Sem desconsiderar o significado social da posse de escravos, que envolve a demonstração da riqueza, o papel de senhor de homens e a possibilidade de viver sem desenvolver trabalhos manuais, pretendo me reter a análise do emprego produtivo dos cativos, e não a sua posse como símbolo unicamente de status. Mesmo esses desenvolvem atividades junto a casa ou a pessoa do senhor que não devem ser desconsideradas.

Uma das questões mais proeminentes quanto ao trabalho escravo envolve a produtividade do mesmo. Autores que procuravam razões para a falta de desenvolvimento econômico brasileiro apontaram para o escravidão, e uma pretensa falta de racionalidade econômica desse sistema, como uma das causas fundamentais do atraso do país. Segundo Fernando Henrique Cardoso faltaria organização e racionalidade a este tipo de emprego de mão de obra (CARDOSO, 1962). Ainda segundo ele, o próprio desinteresse dos trabalhadores em executar a contento suas tarefas faria com a produtividade deste sistema fosse menor.

Diversas pesquisas já criticaram essa visão apontando, por exemplo, para uma série de incentivos que estimulavam a produtividade escrava, ligando o esforço do cativo na produção ao recebimento de recompensas (SLENES, 1999, SCHWARTZ, 1988). Com isso, quero apontar para a existência de uma racionalidade por trás do emprego da mão de obra cativa, que passa por questões como a garantia de trabalhadores e a disciplina, mas também pela expectativa de um retorno proveitoso deste emprego.

Acho difícil acreditar que os senhores insistissem na utilização de cativos quando acreditassem estar perdendo dinheiro, ou quando soluções mais baratas e confiáveis estivessem à disposição. Utilizavam escravos porque acreditavam que eles poderiam render tanto ou até mais que empregados livres. Os anúncios de busca de trabalhadores para determinadas tarefas nos jornais de Desterro nos fornecem um campo amplo para esse raciocínio. Durante toda a segunda metade do século XIX a procura por determinados profissionais, domésticas, lavradores e alguns outros ofícios específicos mostrou que a demanda por cativos para essas funções permaneceu ativa na capital catarinense. A mão-de-

obra escravizada encontrava-se presente em uma série de profissões, especialmente na sede do município, e os anúncios de compra e venda ajudam a perceber que eles se mantiveram nestes postos ao longo da segunda metade do século (SCHEFFER, 2006).

Seguindo os anúncios de compras, observamos em todo o período uma predominância da procura por cativos que tivessem como ocupação o serviço doméstico, ou que não tivessem uma especificação de ofício. Somente em alguns anos observamos uma considerável presença de compras de escravos com outras ocupações (1851-57; 1866-70; e 1876-80), com uma presença de cativos ligados ao trabalho na lavoura (respectivamente 8, 4 e 10% dos anúncios de compras). Além desta ocupação, marinheiros, pedreiros e carpinteiros também foram citados nestes anos, mostrando a existência de mercado para escravos com estes ofícios. Esta certo que esses anúncios não englobam a maior parte das transações da Ilha de Santa Catarina, concentrando-se em seu maior núcleo populacional, mas apontam indícios da permanente confiança no emprego de trabalhadores escravizados até os últimos anos desta instituição.

Talvez a questão central para a manutenção da escravidão seja a garantia do trabalho devido a propriedade da mão de obra escravizada, logo impedida de partir, escolher trabalho ou remuneração (mesmo que na prática observemos ações que expressam uma negociação). A forma como esse poder era executado, formalmente sem uma negociação com os trabalhadores e com o reconhecimento de uma posição inferior dos mesmos, criou uma imagem de senhor e patrão, com o (teórico) controle completo dos trabalhadores, que custou a ser abandonada. Analisando contratos de prestação de serviços na década de 1880 podemos observar como muitas das condições de trabalho estipuladas entre patrões e empregados (muitos deles recém libertos) são similares ou mesmo textualmente descritas como análogas à escravidão (“como se meu escravo fosse”), mostrando uma permanência na maneira de organizar a relação trabalhista que se manteve além da escravidão (SCHEFFER, 2003).

Além do apego a uma forma de mando, a caracterização depreciativa dos trabalhadores nacionais livres, apontados frequentemente como indolentes e pouco confiáveis nas falas de parlamentares na Câmara e Senado, aponta uma preferência pelo trabalhador escravo. Através da relação de compra da mão de obra o senhor garantia os braços para desenvolver suas atividades sem que tivesse (teoricamente) o esforço de convencer os trabalhadores ou de dar-lhes boas condições. Através do direito de propriedade adquirido tinha condições de pressionar as condições de trabalho dos cativos, legalmente subordinados a ele, sem que estes tivessem condições de escolha como os homens livres.

O próprio ato da compra pode ser entendido como um voto de confiança nessa instituição, em sua estabilidade e retorno financeiro. Como as contínuas compras de escravos na década de 1880 demonstram, até seus anos finais existiram senhores dispostos a investir capitais na aquisição de um trabalhador que traria consigo a garantia de uma relação controlada pelo proprietário em seus termos, apesar destes já estarem sendo enquadrados pelo governo desde o início da década de 1870. Contudo, a série de medidas legais e a mudança da opinião em prol da abolição ao longo da década de 1880 criaram e expressaram a expectativa do fim da escravidão. A queda nos preços dos escravos foi a resposta do mercado a perspectiva de um fim próximo, e a libertação ou concessão de alforrias por tempo de serviço ou contrato de trabalho foi a forma encontrada pela maioria dos senhores de Desterro para manter estes laços por mais alguns anos (PENNA, 2005).

Partindo de todos esses argumentos que procuram entender a manutenção do trabalho escravo, e levando em conta o contexto de legitimidade da escravidão e problemas disciplinares dos cativos, largamente trabalhados pela historiografia, vamos agora nos deter na questão da venda de escravos e sua motivação.

Mesmo reconhecendo o cativo como um local de conflito, atravessado por interesses diversos, pressões e negociações, podemos entender que sua longevidade e manutenção deveu-se a capacidade desse sistema ordenar o trabalho e os indivíduos sob o controle de um senhor (mesmo levando em conta todas as concessões necessárias). Dessa forma, podemos imaginar que essas relações ao longo do tempo tiveram certa estabilidade, fornecendo uma base e idéias de direitos e deveres não inscritos que eram referências para as ações cotidianas (LARA, 1989; CHALHOUB, 1990). Levando em consideração que as normas que regulam o trabalho e a vida dos escravos são construídas através de um processo de pressão, exigências e concessões destes e de seus senhores, podemos entender que essas normas variem de lugar a lugar, e que são apreendidas e transmitidas através da experiência de cada cativo (MACHADO, 1987, 58-59). A noção de experiência, aqui, tem um lugar fundamental. Tomando-a como um conjunto de normas, valores e práticas, apreendidas através da vivência, legitimadas pela comunidade ou grupo (nisto inclusos senhores e feitores), de ações justificadas por uma certa tradição ou senso de “direito adquirido”, é através da sua experiência que o escravo vai definir o que é justo, injusto, permitido ou proibido, partindo disto para sua ação na sociedade (THOMPSON, 2001, 260-261). Deste modo, adaptando-se ou sendo criados dentro de determinadas condições de cativo, os escravos teriam conhecido suas regras, compreendido seus fundamentos e seus limites.

Tendo uma força de trabalho garantida devido a propriedade e adaptada as suas condições de mando, devemos nos questionar quanto as razões que levariam os senhores a se desfazerem desses trabalhadores. A justificativa econômica, envolvendo os bons preços pagos pelos escravos que seriam enviados ao Sudeste pode ser uma boa explicação para as vendas em Desterro. Surge como uma excelente forma de converter um investimento em dinheiro, útil especialmente para senhores endividados, mas deve levar em conta que o proprietário estaria abrindo mão de um trabalhador e teria que colocar alguém em seu lugar (a menos que tivesse outras opções de investimento em vista, como imóveis, finanças ou comércio). Assim, a decisão pela venda implica também na possibilidade de substituir esse trabalhador por alguém apto e sem que fosse preciso investir tanto. Estaria ligada fundamentalmente a existência de opções, de um mercado de mão de obra que pudesse suprir essa necessidade.

De modo amplo, podemos ver a decisão da venda como uma falta de confiança da escravidão (ou no trabalho de alguns escravos em particular), ou a percepção de que esta relação perdeu sua estabilidade, acarretando o risco do senhor perder seu investimento. A venda aparece então como uma forma do proprietário recuperar seu dinheiro, vendendo escravos quando essa instituição parece estar ameaçada ou desfazendo-se de cativos problemáticos. Tem assim um caráter também disciplinar.

Levando em consideração que a estabilidade no cativeiro em determinado lugar permitia ao cativos criar laços dentro dessa comunidade (familiares, de solidariedade ou mesmo de trabalho pra futura compra da alforria) Os senhores também podiam utilizar a ameaça ou o ato da venda para castigar escravos problemáticos. A ameaça da venda era mais uma arma no arsenal do senhor, que podia usá-la para pressionar seus escravos. Um escravo desobediente podia ser vendido para uma distante lavoura, perdendo seus laços de parentesco e convívio, tendo de enfrentar novas situações de trabalho. A venda é também o melhor meio do senhor se livrar de problemas e de escravos indesejados, como parece ser o caso de Manoel, africano que se encontrava preso na cadeia de Desterro e foi colocado a venda pela firma Matos & Coimbra, que o negociava em nome do senhor.

Vendendo escravos desobedientes o senhor conseguia reaver parte do investimento e poderia reinvesti-lo em outros trabalhadores. Evitar confusão vendendo escravos problemáticos aparece ainda em alguns artigos evidenciando o espaço de negociação presente nesta relação. Denunciando problemas na hierarquia e no domínio senhorial, diversos anúncios apontam para características que a princípio, vendo pelos olhos de hoje, deveriam

estar omitidas pelos senhores interessados na venda. Esse parece ter sido o caso de Liberato Francisco da Silveira. Em 1855, este senhor vende sua escrava com o seguinte anúncio:

Vende-se uma escrava sadia, sem vícios, bonita figura, sabendo lavar, engomar e cozinhar, e o mais serviço de uma casa, por ser muito fiel, o motivo da venda he por ella não querer servir; para tratar com o abaixo assignado e para vel-a na Cadeia d'esta Cidade.¹

Causa certa surpresa entre nós essa “propaganda negativa” que o senhor fez da cativa (que não queria mais servir), mas é ainda mais interessante o fato de que ao incluir essa informação, Liberato provavelmente não acreditava que ela prejudicaria o negócio. Talvez porque o comprador logo tocasse nesse assunto e pudesse conferi-lo com a cativa. Mas devo explorar a possibilidade de que os senhores acreditavam que mesmo tendo negado um senhor, a cativa ainda não teria se levantado contra sua condição, e a continuação da utilização dela como trabalhadora escravizada ainda se fizesse possível. E isso é corroborado por alguns estudos de processos crime, onde escravos apontam como justificativa de seus atos a negativa da venda pelos seus senhores, o que considerariam um caminho mais consensual para a mudança de um cativo ruim (LARA, 1988, 265)

Explorando alguns elementos presentes nas opções pela compra e venda de cativos e tentando entender essa dinâmica pela lógica senhorial, a presente comunicação é um passo inicial em uma discussão mais ampla sobre o comércio de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX e espera ter incentivado essa reflexão.

Referências bibliográficas:

- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. v. 2 – Memória. Florianópolis: UFSC, 1972.
- CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo: Difel, 1962.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1988.
- LARA, Silvia H. *Trabalhadores escravos*. In: **Trabalhadores**. N. 1 Campinas: Fundo de Assistência à cultura, 1989.

¹ BPESC. O Conservador, n. 350, 21 de agosto de 1855.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **“Como se meu escravo fosse”**: relações de trabalho e controle de trabalhadores em Desterro, 1880 – 1888. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Florianópolis: UFSC, 2003.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888**. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis, UFSC, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SLENES, Robert Wayne Andrew . *Na Senzala, Uma Flor*: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX) . Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira, 1999.

THOMPSON, Edward P. *Folclore, antropologia e história social*. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.